

• Política

EMPRESÁRIOS

FIESP pede que Albano renuncie à presidência da CNI ou ao Senado

por Antônio Gutierrez de São Paulo



Albano Franco

Os empresários paulistas esperam do presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), senador Albano Franco, um exame de consciência. O voto do senador, na Comissão de Sistematização, favorável à nacionalização da distribuição de derivados de petróleo, desapontou os empresários defensores da livre iniciativa. Nem mesmo a justificativa de Franco, que teria votado "equivocadamente", sensibilizou os empresários.

Ontem, os presidentes de cerca de 60 sindicatos, dos 112 ligados à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), participaram de uma reunião na sede da entidade. Esse tipo de encontro, coordenado pelo presidente da FIESP, Mário Amato, acontece mensalmente e se discutem vários assuntos. Ontem, porém, o voto equivocado de Franco predominou durante praticamente toda a reunião. Ao final do encontro, a FIESP divulgou uma nota oficial desaprovaando a emenda ratificada pela Comissão de Sistematização.

A nota oficial poupou o nome do presidente da CNI. Mas os empresários, não. "O voto de Franco ferrou frontalmente o interesse da iniciativa privada", disse o presidente do Sindicato da Indústria de Trefilação e Laminagem de Metais Ferrosos no Estado de São Paulo, Nildo Masini. Para ele, o senador deve analisar, de acordo com sua consciência, se deve permanecer como presidente da CNI ou como senador.

"Temos verificado pelo seu comportamento que há incompatibilidade entre os dois cargos", afirmou Masini. Segundo ele, "em duas ou três oportunidades", Franco tomou posição contrária à livre iniciativa. "Estamos nos sentindo desamparados com esse tipo

de posição de outras que ele (Albano Franco) tem assumido", disse ainda o empresário. Para o presidente do Sindicato da Indústria de Borracha, Daniel Sahagoff, as duas funções exercidas por Albano Franco são incompatíveis. "Ele (Franco) não tem tempo para se dedicar a tudo. O mais grave é que não é a primeira vez que isso ocorre", lembrou Sahagoff. O segundo vice-presidente da FIESP, Salvador Firace, observou que "errar é humano", mas ressaltou também que em duas situações anteriores o senador se posicionou contra os interesses da livre iniciativa: "Na questão da estabilidade no emprego e na de quarenta horas semanais". Para Firace, "o Albano deveria ter optado pela sua permanência no Senado ou como presidente da CNI já há algum tempo".

O voto equivocado de Franco, na opinião da presidente de conselho da Translor, Bettina Lenci, é um problema de cultura política do Brasil e não se limita apenas a uma posição individual. "O exercício da política é sério e essas pessoas não têm consciência desse fato. Esse é o momento ideal para se aprender isso", ressaltou Bettina.

CONSTITUINTE

PMDB vincula apoio às eleições em 1989 ao parlamentarismo já

por Cecília Pires de Brasília

As lideranças do PMDB na Constituinte passaram a discutir, ontem, uma estratégia para trabalhar os votos na Comissão de Sistematização em favor de um mandato de quatro anos para o presidente Sarney, se não vingarem os esforços por um acordo com o Palácio do Planalto em torno da implantação do parlamentarismo já, com mandato de cinco anos. O acordo, admitem, pode ocorrer até na hora da votação, marcada para o próximo domingo.

O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, afirmou que sempre defendeu o regime presidencialista e um mandato de cinco anos para o presidente Sarney, mas defendeu veementemente a soberania da Constituinte. Depois, reuniu-se durante quase duas horas com o relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, e com o senador José Riech, que está defendendo quatro anos. O assunto foi mandato do presidente Sarney.

Líderes foram ao Planalto negociar um acordo

Pouco antes do encontro, Riech disse que fora agradecer a Ulysses a defesa da soberania da Constituinte. Ulysses declarou que "a Constituinte inseriu em seu corpo permanente um mandato de cinco anos para os presidentes e não vejo como discriminar o presidente Sarney". Disse, no entanto, que "os constituintes vão se definir segundo sua consciência e a soberania da Constituinte".

Para Ulysses, "o juiz pára o receio de qualquer atitude que aqui houve será a do constituinte independente, mas o presidente Sarney se entendeu discriminando e por isso tomou a reação que entendeu. Compreendo, porém, que ou a Constituinte é soberana ou

O "centrão" não votará unido

por Carlo Iberê de Freitas de Brasília

O "centrão", grupo que reuniu as assinaturas de 319 parlamentares com vistas a mudar o regime interno da Constituinte, não vai "fechar questão" em relação ao tempo de mandato do presidente Sarney nem em relação ao sistema de governo. A informação é do deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), um dos principais líderes do grupo. O deputado paulista calcula que entre os 319 membros do "centrão", uns quarenta constituintes dividem suas posições em relação a um ou outro tema, isto é, não mantêm a unidade. Outros dez membros do grupo, segundo dados do parlamentar, não vão votar maciçamente algumas matérias. Entretanto, Cardoso Alves garante que o seu grupo, que reúne "homens que têm a mesma visão da centro-esquerda à centro-direita", vai ter sempre em torno de trezentos votos, o que lhes assegura a maioria.

"Esta maioria tem como fim uma

Constituinte voltada para o homem, que privilegia e não apenas tolere a iniciativa privada, que garante o desenvolvimento com liberdade", definiu Cardoso Alves. "Estamos preocupados com a essência econômica e social da Constituinte, por isso é que há absoluta liberdade em relação ao tempo de mandato e ao sistema de governo. Nosso movimento é interno, de plenário, sem ligações com a União Democrática Ruralista, União Brasileira dos Empresários ou qualquer outra instituição externa à Assembleia Constituinte", acrescentou.

Para provar essa independência, Cardoso Alves pediu à imprensa que, "se souber de algum suborno de parlamentares, traga a mim que terei o maior prazer em pedir a sua cassação". O parlamentar paulista informou ainda que o "centrão" vai constituir uma comissão para estudar e eleger dez ou doze temas de seu estrito interesse e modificá-los em plenário.

é susserana, isto é, não tem os requisitos da sua independência".

Richa, um dos principais articuladores do grupo parlamentarista na Constituinte, não participou da reunião que os parlamentaristas do PMDB realizaram com o líder do governo na Câmara, deputado Carlos Sant'Anna. Nesta reunião, um pequeno grupo propôs uma negociação com o Planalto, que seria a de manter o texto do substitutivo de Cabral nas disposições transitórias, com a implantação do parlamentarismo após a promulgação da Constituinte, em troca de cinco anos de mandato.

O senador José Richa não concorda com esta tese, a mesma que durante meses, tentou propor, sem sucesso, ao presidente Sarney. "Agora já não tem mais como negociar, estou com a tese do parlamentarismo já e quatro anos de mandato para o presidente Sarney. Se votássemos em cinco anos com o parlamentarismo, não teríamos mais trunfos no plenário, e com o mandato garantido,

o governo apenas trabalharia para reverter o parlamentarismo, com riscos de vermos aprovado o presidencialismo com cinco anos e isto é uma perspectiva de crise institucional".

No início da noite, no entanto, o senador José Richa, com um grupo de par-

lamentaristas foi ao Palácio da Alvorada, encontrando com o presidente Sarney. O líder do governo, Carlos Sant'Anna, já havia levado, à tarde, a proposta dos parlamentaristas ao presidente. Um dos líderes do PMDB na Constituinte confidenciava, à tarde, que trabalharia até a última hora pelos quatro anos, mas admitia que poderia haver negociações com o governo em torno do parlamentarismo já, com cinco anos de mandato, até na hora da votação na Sistematização.

Estudos indicam ligeira vantagem para os cinco anos de mandato

Os vários levantamentos feitos pelas lideranças dos partidos na Constituinte continuam mostrando uma ligeira desvantagem do mandato de quatro anos.

O número de indecisos variava, também, segundo os levantamentos, entre 12 e 18. Um levantamento fei-

to por uma liderança do PFL e apontando cinco votos tidos como certos na Sistematização para os quatro anos, cairam para apenas quatro votos, quando a deputada Sandra Cavalcanti passou a defender ontem, em conversas de plenário, parlamentarismo com seis anos para Sarney.

Os parlamentaristas do PFL confidenciavam que o ministro Aureliano Chaves, das Minas e Energia, movimentava-se pessoalmente para convencer a bancada a votar nos cinco anos de mandato, e enquanto o presidente do PFL, senador Marco Maciel, trabalhava discretamente pelos quatro. O próprio presidente Sarney telefonava pessoalmente a deputados. Um que recebeu seu telefonema lembrou a Sarney que o pedido era desnecessário, pois ele sempre fora a favor dos cinco anos e que tinha até uma emenda em favor desta tese.

Se não houver um acordo com o Palácio do Planalto nas próximas horas que antecede a votação, marcada para domingo próximo, as lideranças do PMDB acham que viram o jogo. Contarão, neste sentido, com a ajuda dos governadores reunidos no Rio de Janeiro, que já afirmaram, em confidências a políticos de sua intimidade, que defendem os quatro anos.

Presidente suspende viagem para acompanhar definição do mandato

por Edson Bêu de Brasília

A pedido do deputado Ulysses Guimarães, presidente da Assembleia Nacional Constituinte, o presidente José Sarney decidiu suspender a viagem que faria no dia 23 à Colômbia, onde passaria três dias. Ontem, ele comunicou sua decisão ao presidente colombiano, Virgílio Barco, explicando a necessidade de permanecer no País, em função dos trabalhos da Constituinte que, neste fim de semana, vota a duração de seu mandato, na Comissão de Sistematização.

Uma qualificada fonte do Palácio do Planalto informou que, dias atrás, Ulysses pediu a Sarney que reduzisse, ao máximo, sua ausência do Brasil neste "período crítico". O depu-

tado disse que precisava dedicar-se integralmente à Constituinte, para não perder de vista nenhum de seus passos. Por isso, sugeriu ao presidente da República que abreviasse seu afastamento do Brasil, para não ter de assumir, por mais tempo, a chefia do governo, como prevê a Constituição nesses casos.

Anteontem, Sarney já tinha decidido riscar a Colômbia do roteiro da viagem que iniciaria no dia 23, com destino ao México, passando antes por Bogotá. Resolveu manter a viagem ao país asteca, para onde deveria partir no dia 26, tarde, retornando ao país no dia 29, um domingo. Com isso, ele permanecerá fora do País apenas um dia útil inteiro, 27, que cai na sexta-feira.

Para Simon, Sarney quer "atrapalhar" as votações

por Milton Wells de Porto Alegre

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, considera "infeliz" a ameaça do presidente José Sarney aos constituintes que votarem a favor dos quatro anos para o seu mandato. Disse que isto representa uma interferência aos trabalhos da Constituinte que, em sua opinião, é soberana para decidir sobre o sistema de governo e a duração do mandato do presidente. Simon acha que Sarney "quer atrapalhar" a Constituinte, e que representantes da Comissão de Sistematização poderão reagir diante de sua ameaça.

Para ele, o presidente teria muito mais chance de ver prevalecer a posição em favor de cinco anos para o seu mandato se tivesse adotado uma postura de magistrado.

Simon disse que apesar de ele e de o governador da Bahia, Waldyr Pires, serem a favor do parlamentarismo, assim como o governador de Pernambuco, Miguel Arraes, ser pelo presidencialismo, há respeito de todos sobre a soberania da Constituinte. No caso da duração do mandato presidencial, ele mantém sua opinião favorável aos cinco anos, pois entende que uma vez definida a eleição para 1988 os trabalhos da Constituinte pode-

riam vir a sofrer uma série de empecilhos em razão do lançamento da candidatura à Presidência da República.

O líder do PMDB na Câmara federal, deputado Ibsen Pinheiro (RS), considera imprevisível o resultado sobre a duração do mandato do presidente José Sarney na Comissão de Sistematização. E informou que, de acordo com seus cálculos, a tese de cinco anos possui no momento 38 votos, contra 34 votos a favor dos quatro anos, com 2 permanecendo indecisos.

Ele é de opinião, no entanto, que se a Constituinte aprovar os quatro anos para Sarney, o País terá perdido a chance de implantar o sistema parlamentarista de governo. Isto porque a maior parte dos parlamentaristas é a favor de cinco anos, sendo muito difícil uma votação majoritária por quatro anos e pelo parlamentarismo. O deputado disse que o presidente José Sarney não deve ameaçar os constituintes a votarem a favor de suas pretensões, mas preferir contemporizar suas declarações transmitidas através da exportação do Planalto, Frota Neto. "Não acredito que o presidente tenha adotado esta postura de ameaçar quem votar por quatro anos de mandato", disse Ibsen. "Deve ter ocorrido algum mal-entendido."

Cai o monopólio farmacêutico

por Euclides Torres de Brasília

A Comissão de Sistematização da Assembleia Nacional Constituinte debateu e aprovou, ontem, o título que trata da ordem social, mantendo o texto do substitutivo do relator Bernardo Cabral na parte que cria o sistema único de saúde (SUDS) que, na verdade, já vem sendo implantado no País, através da descentralização do atendimento médico, obedecendo a um comando administrativo único.

O secretário da Saúde do Rio Grande do Sul, Antenor Ferrari, que acompanhou o encaminhamento do assunto, considerou um grande avanço a aprovação porque "consagra na prática a implantação da reforma sanitária, uma política de saúde que já está em andamento no País". O texto do relator passou com poucas modificações. Uma destas modificações foi a supressão do parágrafo terceiro que instituiu por parte do poder público o monopólio da importação de equipamentos e medicamentos e de matéria-prima para a indústria farmacêutica.

Acompanhando a votação da emenda que eliminou o monopólio do Estado, o presidente da Associação Brasileira da Indústria Farmacêutica (Abifarma), João Luiz Ferreira Soares, disse a este jornal "que prevaleceu o bom senso dos parlamentares". O próprio relator, Bernardo Cabral, opinou favoravelmente à supressão do monopólio estatal, convencido por dois argumentos da Abifarma.

Um dos argumentos da Abifarma é que o monopólio poderia "matar a indústria farmacêutica privada, ameaçando o emprego direto de 60 mil trabalhadores". O segundo argumento dos industriais, mencionado por Cabral, é que o monopólio obrigaria o governo a destinar anualmente US\$ 260 milhões para a importação de produtos já importados pelas indústrias.

A supressão do artigo do monopólio foi parte de um acordo que previa a manutenção do texto que trata da saúde do trabalhador. A supressão do artigo foi aprovada por 64 votos contra 15, mas a emenda que

Tecnologia será votada amanhã

por Andrew Greenlees de Brasília

Vai ao voto na Comissão de Sistematização da Constituinte, entre hoje e amanhã, o capítulo referente à Ciência e Tecnologia, acompanhado do debate sobre os mecanismos de preferência à empresa nacional no setor. Além disso, os progressistas deverão lutar por maior detalhamento do texto enquanto a ala moderada prefere manter a forma do projeto elaborado pelo relator Bernardo Cabral (PMDB-AM).

"O mercado interno deverá ser orientado de modo a viabilizar o desenvolvimento socioeconômico, o bem-estar da população e a capacitação e autonomia tecnológica e cultural da Nação", diz um dos artigos incluídos no atual versão do projeto. A ala progressista planeja ir além de tornar o mercado interno "patrimônio nacional".

Esse dispositivo, argumenta o deputado Artur da Távola (PMDB-RJ), relator da comissão que tratou do tema na fase anterior dos trabalhos, permitirá garantir a soberania nacional no futuro. "A independência dos países era diretamente ligada à questão militar, depois passou ao poder econômico e hoje, bem como no futuro, está baseada na tecnologia", comenta o deputado.

pretendia retirar do texto a expressão "saúde ocupacional", perdeu por apenas dois votos: 47 a 45, numa votação que no placar eletrônico começou empatada.

Pelo texto aprovado fica assegurada a fiscalização nas condições de trabalho oferecidas pelas empresas públicas e privadas, desde condições de meio ambiente, saneamento e todas as ações preventivas de saúde do empregado, segundo interpretação do secretário de Saúde do Rio Grande do Sul, Carlos Sant'Anna, líder do governo na Câmara, disse que é muito importante que a saúde ocupacional fique no Ministério do Trabalho, incorporada ao sistema nacional unificado de saúde.

Foi aprovada também uma emenda do senador

Ele salienta ainda que a classificação de "patrimônio nacional" dará a fundamentação jurídica do princípio da reserva de mercado, a ser instituído por tempo determinado pela União em setores considerados estratégicos. O texto de Cabral, aliás, não inclui a reserva de mercado no capítulo da tecnologia, aspecto que os progressistas tentam inserir, conforme adiantou a este jornal a deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), uma das principais defensoras do princípio dentro do Congresso.

A própria deputada reconhece, no entanto, que a disputa será intensa. O senador Virgílio Távora (PDS-CE), por exemplo, avisa que pretende manter a atual redação. "O texto não é xiita nem reacionário", sustenta o senador cearense, também bastante envolvido com o tema. A deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), outra líder dos moderados, informa que a tendência do grupo é votar a favor do Projeto Cabral.

Para o senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), presidente da Comissão de Tecnologia da Constituinte, não há necessidade de classificar o mercado de patrimônio. "O texto já prioriza a empresa nacional", afirma Gadelha, para quem se torna necessário especi-

ficar melhor a tecnologia de ponta a que se refere um dos artigos. "Hoje, é uma coisa, mas daqui a cinco anos já está totalmente diferente", argumenta o senador.

Aprovado no início da semana, o conceito de empresa nacional recebe tratamento específico no capítulo da tecnologia.

Pelo texto de Cabral, "em setores nos quais a tecnologia de ponta seja fator determinante de produção, serão consideradas nacionais empresas que, além de atenderem aos requisitos definidos no artigo 192 (que trata do conceito de empresa nacional), estiverem sujeitas ao controle tecnológico nacional em caráter permanente, exclusivo e incondicional". A seguir, o projeto define "controle tecnológico": é o exercício de direito de fato, do poder decisório para desenvolver, gerar, adquirir e absorver a tecnologia de produto e de processo de produção.

Segundo o deputado Artur da Távola, esse dispositivo merece atenção especial, pois "uma empresa poderia ser juridicamente nacional, mas com o controle tecnológico estrangeiro", numa área econômica estratégica para o País. O senador Marcondes Gadelha, por sua vez, considera o dispositivo desnecessário.

Outra emenda aprovada na Comissão de Sistematização, de autoria de Egídio Ferreira Lima (PMDB-PE), estipula que os recursos destinados ao desenvolvimento científico e tecnológico serão administrados unificados. Essa emenda foi sugerida por técnicos do Conselho Nacional de Pesquisa para facilitar a implementação de política de desenvolvimento tecnológico. Essa emenda foi aprovada por 86 votos e dois contra.

Uma emenda foi retirada pelo deputado Carlos Sant'Anna momentos antes da votação. Ela pretendia retirar do texto a expressão "o faturamento e o lucro" na parte que trata das contribuições sociais, mas a redação do inciso 1º do parágrafo 1º do artigo 223 permaneceu inalterada.

Para o senador Marcondes Gadelha (PFL-PB), presidente da Comissão de Tecnologia da Constituinte, não há necessidade de classificar o mercado de patrimônio. "O texto já prioriza a empresa nacional", afirma Gadelha, para quem se torna necessário especi-

Pires, mais cauteloso, defende a soberania

por Alceu Rizzo de Salvador

"A Assembleia Nacional Constituinte é soberana e não deve ser submetida a nenhuma espécie de constrangimento." Esta foi a reação do governador da Bahia, Waldyr Pires, ao comentar ontem a declaração do presidente José Sarney, de considerar como seus inimigos os parlamentares que decidirem votar pela redução de seu mandato para quatro anos. Pires regressou ontem pela manhã de Fortaleza (CE) onde esteve reunido com outros sete governadores do Nordeste, negando, contudo, que a questão do

mandato do presidente José Sarney tenha sido um dos temas do encontro.

Cauteloso em suas declarações, o governador baiano evitou fazer comentários mais diretos sobre a posição assumida pelo presidente Sarney para pressionar os constituintes a votar pela fixação do prazo do seu mandato em cinco anos. Insistiu que a Assembleia Nacional Constituinte é soberana para decidir sobre suas atribuições como mandato presidencial e forma de governo sem que ela seja submetida a pressões ou constrangimentos. O mais importante é que o país ganhe essa batalha pela democracia", comentou.

"Pronunciamento foi um equívoco", diz Quéricia

por Adriana Vera e Silva de São Paulo

O governador de São Paulo, Orestes Quéricia, disse ontem não acreditar em represálias do presidente José Sarney aos constituintes que votarem por quatro anos de mandato na Comissão de Sistematização, como foi anunciado na última quarta-feira pelo porta-voz da presidência da República, Antônio Frota Netto. Hoje, Quéricia almoça com Sarney em Brasília, mas negou que vá pressionar os parlamentares na questão do mandato, que será votada pela Sistematização neste final de semana.

"Com um deputado constituinte não se cabalam votos. Você pode discutir, trocar ideias", disse o governador, procurando acalmar os ânimos em relação ao pronunciamento de Frota Netto: "Acho que houve um equívoco de informação".

Embora mantenha sua posição por cinco anos de mandato e regime presidencialista, Quéricia comprometeu-se a respeitar a decisão da Constituinte, seja ela qual for. "A Constituinte vai ser respeitada por todos nós mesmo que reclamemos ou que

possamos colocar restrições às suas decisões, como eu já fiz algumas vezes".

Na mesma linha, o governador defendeu o direito de os parlamentares votarem livremente por quatro ou cinco anos, pois "são os representantes do povo. Tenho certeza absoluta de que mesmo aqueles que não votarem os cinco anos não vão ter restrições da parte do presidente. Acho que o presidente não tem esta postura de ressentimentos, porque isso não é construtivo".

Quéricia não quis adiantar nenhuma avaliação sobre a tendência majoritária da Sistematização sobre a duração do mandato de Sarney.

BOMBA MATA 5 — Uma bomba escondida dentro de uma mala explodiu ontem no terminal do aeroporto de Beirute, lotado de pessoas, matando cinco pessoas e ferindo outras 73. Segundo a polícia, a mala pertencia a uma mulher, feita em pedaços após a explosão. Entre os feridos se incluem várias crianças e dois homens da segurança. A detonação causou vários danos ao terminal, e o aeroporto foi fechado.